



Bela Vista

de Goiás

O TRABALHO VENCE TUDO!

EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE CARTA CONVITE Nº 006/2017

EDITAL DE CONVITE nº 006/2017

PROCESSO Nº 02314/2017

DATA DA REALIZAÇÃO: 03/05/2017

HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: 10:30 horas

LOCAL DA REALIZAÇÃO: Sala de Reuniões da Comissão de Licitações - Praça João Lobo, nº 10, Centro – Bela Vista de Goiás.

O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DE GOIÁS, pessoa jurídica de Direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.005.917/0001-41, com sede na cidade de Bela Vista de Goiás - GO, à Praça João Lobo, nº 10, Centro – Bela Vista de Goiás, no interesse do município, convida as empresas interessadas para participarem da licitação na modalidade “**CONVITE**”, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, mediante a apresentação de proposta cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA EM TECNOLÓGICA DA INFORMAÇÃO, PARA DAR SUPORTE AO DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DESTA PREFEITURA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA PREFEITURA DE BELA VISTA DE GOIÁS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA QUE INTEGRA ESTE EDITAL, POR PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**, em cumprimento aos preceitos contidos na Lei Federal nº 8.666/93 e modificações posteriores, que na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação, no Prédio da Prefeitura Municipal, no dia 03/05/2017 às 10:30h (dez horas e trinta minutos), estará recebendo os invólucros contendo a documentação e proposta de preços, com base nas condições previstas no Edital que poderá ser adquirido junto a Comissão Permanente de Licitações, no Prédio da Prefeitura Municipal de Bela Vista de Goiás, sito à Praça João Lobo, nº 10, Centro – Bela Vista de Goiás.

01 – DO OBJETO DE LICITAÇÃO

O objeto da presente licitação é a seleção da proposta mais vantajosa para a contratação de assessoria em tecnológica da informação, para dar suporte ao departamento de informática desta prefeitura, para atender as necessidades desta prefeitura de Bela Vista de Goiás, conforme projeto básico que integra este edital, por período de 12 (doze) meses, nas condições especificadas no projeto básico e/ou termo de referência, anexo I, parte integrante deste edital.

02 - DAS CONDIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação as interessadas que atenderem às condições editalícias;

2.2. Não poderão participar desta licitação:

a) consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição;

b) empresas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;



Bela Vista
de Goiás

O TRABALHO VENCE TUDO!

- c) empresas que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspensa, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas para tal;
- d) empresas inadimplentes em obrigações assumidas com o Município de Bela Vista de Goiás e seus Fundos Municipais;
- e) empresas estrangeiras que não funcionem no País.

2.3. As licitantes deverão apresentar no local, na data e no horário previstos no preâmbulo deste Instrumento Convocatório, ENVELOPES SEPARADOS, devidamente lacrados, contendo no ENVELOPE N.º 01 a documentação comprobatória da sua habilitação, conforme disposto no item 3 desta Carta Convite, e no ENVELOPE N.º 02 a sua proposta comercial, nos termos deste edital de Carta Convite, sendo que, em ambos, deverão conter, na parte externa as especificações:

Município de Bela Vista de Goiás-GO Proponente:..... Comissão Permanente de Licitação Convite n.º 006/2017 Envelope n.º 01 – HABILITAÇÃO	Município de Bela Vista de Goiás-GO Proponente:..... Comissão Permanente de Licitação Convite n.º 006/2017 Envelope n.º 02 – PROPOSTA DE PREÇOS
--	---

2.3.1 - Os envelopes referentes à habilitação e à proposta de preços poderão ser encaminhados à Comissão Permanente de Licitações, no endereço indicado no preâmbulo deste Convite, por intermédio dos correios ou serem entregues diretamente no serviço de protocolo, caso a licitante opte por não designar um representante legal para participar da sessão pública.

2.3.2 - No tocante aos envelopes entregues no setor de protocolo da Comissão de Licitações, via correio ou por meio de pessoa indicada pela licitante, serão considerados, para efeito de participação da sessão pública e conseqüente análise dos documentos, tão somente aqueles cujo registro de entrega tenha ocorrido até o horário marcado para o início da reunião.

2.3.3 – No dia, horário e local estabelecidos neste edital, faculta ao licitante credenciar, junto a Comissão Permanente de Licitação, representante formalmente constituído com poderes para representar a empresa e praticar os demais atos pertinentes ao processo.

03 – DA HABILITAÇÃO – DOCUMENTAÇÃO (ENVELOPE N.º 01)

3.1 - Poderão participar desta licitação empresas convidadas, inscritas ou não no Departamento de Cadastro de Fornecedores desta Prefeitura ou ainda CRC – Certificado de Registro Cadastral, fornecido por órgãos das Administrações direta ou indireta da União ou do Estado de Goiás, do Distrito Federal ou de outro Município, devidamente atualizado, com emissão de no máximo 30 (trinta) dias a contar da data designada para apresentação do invólucro I, podendo os mesmos ser substituídos pelo SICAF, bem como aquelas cadastradas que manifestarem interesse em participar do certame com antecedência de no mínimo de 24(vinte e quatro) horas da data marcada para entrega dos envelopes, conforme dia e horário indicados neste Edital.

3.2 – As licitantes deverão incluir no Envelope n.º 01 – HABILITAÇÃO a seguinte documentação:

3.2.1 - Relativamente à HABILITAÇÃO JURÍDICA da licitante:

3.2.1.1 - Ato constitutivo, estatuto ou Contrato Social em vigor da licitante, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.



Bela Vista
de Goiás

O TRABALHO VENCE TUDO!

3.2.1.2 - Inscrição do ato constitutivo em Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

3.2.2 - Relativamente à REGULARIDADE FISCAL da licitante:

3.2.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

3.2.2.2 – Certificado de regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, conforme alínea "a" do art. 27 da Lei n.º 8.036/90, devidamente atualizado.

3.1.2.3 - Certidão Negativa de Débito – CND ou Positiva com Efeito de Negativa relativa às contribuições sociais, fornecida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social (Lei n.º 8.212/91), devidamente atualizada

3.2.2.4 - Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal, esta última no domicílio da licitante, dentro do prazo de validade.

3.2.2.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Dívida com a União e Receita Federal), de acordo com o disposto no inciso III, do art. 29, da Lei n.º 8.666/93, dentro do prazo de validade.

3.2.2.6 - Certidão de regularidade Trabalhista, expedida pelo TST (Tribunal Superior do Trabalho), conforme inciso IV do art. 27 da Lei n.º 8.036/90, devidamente atualizado.

3.2.3 – Deverão ainda apresentar o licitante:

3.2.3.1 - Declaração de inexistência de fato impeditivo da habilitação, na forma do § 2º, do art. 32 da Lei n.º 8.666/93, alterada pela Lei n.º 9.648/98, nos termos do modelo constante do Anexo III desta Carta Convite;

3.2.3.2 - Declaração de inexistência em seu quadro de pessoal de menores, em observância ao inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, nos termos do Modelo constante do Anexo IV desta Carta Convite;

3.3 – As ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

3.3.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a licitante será habilitada juntamente com as demais, passando-se a verificação do Envelope n.º 02 – PROPOSTA DE PREÇOS, e, se apresentar a melhor proposta e esta for considerada aceitável, será declarada vencedora, nos termos do §1º, do art. 43, da Lei Complementar n.º 123/2006.

3.3.2 – Nessa hipótese, o Presidente da CPL dará ciência às demais licitantes dessa decisão e intimará a licitante para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da declaração citada neste subitem, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, promover a devida regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

3.3.3 – A não-regularização da documentação, no prazo e condições disciplinadas neste subitem, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei n.º 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

3.4 – As licitantes que, embora cadastradas no SICAF ou CRC, estejam com situação irregular neste Sistema, poderão apresentar os documentos que comprovem sua regularidade, relativamente aos dados vencidos ou não atualizados.

3.5 – Toda a documentação de habilitação exigida deverá ser apresentada por uma das seguintes formas:

a) em original;

b) por qualquer processo de cópia, autenticada por servidor da Administração, devidamente qualificado, ou por Cartório competente;



Bela Vista
de Goiás

O TRABALHO VENCE TUDO!

- c) publicação em órgão da Imprensa Oficial; ou
 - d) por cópias não autenticadas, desde que sejam exibidos os originais para conferência pela Comissão Permanente de Licitação, nos termos do art. 32 da Lei nº 8.666/93;
- 3.6 – Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Convite e seus anexos.
- 3.7 - Para as Certidões que não mencionarem o prazo de validade, considerar-se-á o prazo de 30 (Trinta) dias, contados da data de expedição do respectivo documento.
- 3.8 – Os documentos mencionados neste item poderão ser dispensados no todo ou em parte pela Comissão de licitação, nos termos do art. 32 da Lei Federal nº 8.666/93.

04 – DA PROPOSTA DE PREÇOS (Envelope N.º 02)

4.1 – A proposta deverá ser elaborada visando atender às especificações insertas nesta Carta Convite e seus anexos, com observância dos seguintes requisitos:

4.1.1 – Estar datilografada ou impressa por processo eletrônico, em 01 (uma) via, em papel timbrado da licitante, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada na última folha e rubricada nas demais, e, ainda, conter os seguintes elementos:

- a) Preço Unitário e/ou global, em algarismos e por extenso, conforme o Modelo de Proposta de Preços constante do Anexo I desta Carta Convite (havendo discordância entre os preços expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos, devendo o Presidente da CPL proceder às correções necessárias).
- b) Prazo para a execução do serviço e/ou fornecimento do serviço em conformidade com as disposições insertas no Projeto Básico e/ou Termo de Referência.
- c) Prazo de validade mínimo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua apresentação. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo mencionado.
- d) Declaração de que tem pleno conhecimento das condições da licitação e da execução dos serviços, bem como das normas técnicas e legislação que tratam do assunto. Na ausência desta Declaração, considerar-se-á tacitamente entendido que a licitante tem plena ciência dessas condições, bem como das normas técnicas e da legislação que tratam da matéria.
- e) Declaração expressa de estarem incluídos no Preço proposto todos os impostos, taxas e encargos devidos, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas incidentes na prestação do serviço. Na ausência desta Declaração, considerar-se-á tacitamente entendido que no preço proposto estão incluídos todos os elementos de sua composição anteriormente mencionados.
- f) A razão social, o CNPJ, o endereço completo e os meios de comunicação disponíveis para contato, como, por exemplo, fac-símile, telefone, e-mail, etc.

4.1.2. Na fixação dos preços objeto da presente licitação as licitantes também deverão observar os Preços Máximos Aceitos pela CONTRATANTE dispostos no Anexo VII do Edital.

4.2 – A licitante somente poderá retirar sua proposta mediante requerimento por escrito dirigido à Comissão, antes da abertura do respectivo envelope, desde que caracterizado motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela CPL.

4.3 – O Preço proposto será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



Bela Vista
de Goiás

O TRABALHO VENCE TUDO!

4.4 – A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização dos serviços e/ou fornecimento de bens será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

4.5 – A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas nesta Carta Convite e seus anexos.

4.6 – O Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ indicado nos documentos da proposta de Preços e da habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da licitante que efetivamente vai prestar os serviços objeto da presente licitação.

4.7 – Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências da presente Carta Convite e seus anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.

05 – DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

5.1 - As reuniões da Comissão Permanente de Licitação serão públicas e acessíveis ao público, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura, presentes seus membros e os representantes das licitantes, desenvolvendo-se os trabalhos de acordo com as reuniões e fases estabelecidas nesta Carta Convite.

5.1.1 - A Comissão reserva-se o direito de alterar as datas ou as pautas das reuniões, ou mesmo suspendê-las, em função do desenvolvimento dos trabalhos, obedecidas as normas legais aplicáveis.

5.2 - A reunião de abertura será conduzida pelo Presidente da CPL, sendo que, após declarada aberta a sessão pública, não será aceita a participação de outras empresas, salvo nos casos em que, mesmo após iniciada a reunião, for encaminhado à CPL, pelo setor de protocolo da Prefeitura Municipal, envelopes de habilitação e proposta comercial cujo registro de entrega tenha ocorrido até o horário marcado para o início da sessão, sendo tal fato devidamente registrado em ata.

5.2.1 - A primeira fase da reunião de abertura, a realizar-se no dia, hora e local indicados no preâmbulo desta Carta Convite, terá em pauta o seguinte:

a) Receber os envelopes n.º 1 – HABILITAÇÃO e Envelope n.º 02 – PROPOSTA DE PREÇOS.

b) Proceder à abertura do envelope n.º 1 - HABILITAÇÃO, submetendo a documentação ao exame dos representantes das licitantes.

5.2.2 - O Presidente da Comissão Permanente de Licitação solicitará aos representantes das licitantes que rubriquem todas as folhas contidas no envelope n.º 1 – HABILITAÇÃO, e que formulem, se for o caso, impugnações relativamente às documentações ou protestos quanto ao transcurso desta licitação, sendo tais manifestações registradas na ata da reunião.

5.3 - Ato contínuo, caso a Comissão possa apreciar e decidir de imediato sobre a habilitação das licitantes, será dado início à segunda fase da reunião, com a seguinte pauta:

a) Informar às licitantes o resultado do julgamento da habilitação, anunciando as empresas julgadas habilitadas e devolvendo às inabilitadas, sem abri-lo, o envelope n.º 02 – PROPOSTA DE PREÇOS, e colocando à disposição das licitantes, para exame, a documentação anteriormente examinada pela Comissão Permanente de Licitação.

b) Havendo renúncia das licitantes ao direito de recorrer, em relação à fase de habilitação, tal fato será registrado na ata da reunião, procedendo-se, então, a abertura do envelope n.º 02 – PROPOSTA DE PREÇOS das licitantes habilitadas, fazendo-se rubricar as folhas pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes das licitantes.

5.3.1 - Caso não haja a possibilidade de dar início à segunda fase, logo após o término da primeira, o resultado da habilitação será comunicado às licitantes, juntamente com a data,



Bela Vista
de Goiás

O TRABALHO VENCE TUDO!

hora e local da próxima sessão pública, sendo o envelope de n.º 02 – PROPOSTA DE PREÇOS, rubricado em seus fechos pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes das licitantes, que assim desejarem, e permanecerá fechado sob a guarda e responsabilidade da Comissão Permanente de Licitação.

5.4 - Os motivos que porventura inviabilizem o início da segunda fase e os possíveis questionamentos formulados serão consignados na ata, devendo estes últimos serem apresentados, por escrito, até o final de cada reunião.

5.5 – A Comissão de Licitação manterá em seu poder as propostas das licitantes inabilitadas com o envelope de “PROPOSTA” devidamente rubricados e lacrados, até o término do período recursal, de que trata o inciso I do artigo 101 da Lei Federal n. 8.666/93.

5.6 – No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no Edital, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos pela Lei n. 8.666/93 de 21 de junho de 1.993.

06 – DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

6.1 – Abertos os envelopes e rubricados os documentos habilitatórios, a Comissão Permanente de Licitação poderá proceder ao julgamento em outra reunião, se assim achar conveniente, fazendo-se o competente registro na ata da reunião.

6.2 - Será inabilitada a licitante que apresentar qualquer documento (Documentação Obrigatória) e/ou a Habilitação Parcial com prazo de validade vencido, ou estar suspenso ou inativo o seu Cadastramento, e deixar de apresentar, de acordo com o exigido no item 3, qualquer documento solicitado, ou apresentá-lo com vícios ou defeitos, bem como não atender às condições para habilitação, ressalvado o previstos nos subitens 3.4 e 3.8 desta Carta Convite.

07 - DO JULGAMENTO

7.1 – Abertas, rubricadas e lidas as propostas, a Comissão Permanente da Licitação poderá julgá-las em outra reunião, se assim achar conveniente, fazendo-se o competente registro na ata da reunião.

7.2 – Para o julgamento desta licitação a Comissão adotará o critério de MENOR PREÇO GLOBAL, sendo que o Preço Global, conforme indicado no Anexo III do Projeto Básico, o qual foi obtido por meio de pesquisa de mercado.

7.3 – A Comissão Permanente de Licitação desclassificará as propostas que:

a) Não atenderem às exigências contidas nesta Carta Convite e seus anexos, ou imponham condições não previstas neste ato convocatório.

b) Apresentarem preço manifestamente inexequível, assim considerado aquele que não venha a ter demonstrado sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos que o compõem são coerentes com os de mercado.

7.3.1 – A Comissão Permanente de Licitação, antes de desclassificar qualquer proposta por preço manifestamente inexequível, intimará a licitante para que apresente, no prazo de 01 (um) dia útil, contado da data de recebimento da intimação, a composição dos custos que compõem o serviço, e promoverá diligência, buscando a ratificação da compatibilidade do preço proposto com os de mercado.

7.4 – Após a etapa de análise das propostas, as licitantes serão CLASSIFICADAS PROVISORIAMENTE na ordem decrescente dos preços apresentados.



Bela Vista
de Goiás

O TRABALHO VENCE TUDO!

7.4.1 – Após a classificação provisória, na hipótese da menor proposta não ter sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, caso se verifique a ocorrência de empate, será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as ME e EPP, nos termos do art. 44, da Lei Complementar nº 123/2006.

7.4.2. Entende-se por empate, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas ME e EPP sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta melhor classificada provisoriamente.

7.4.3. Na ocorrência de empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A ME ou EPP melhor classificada no intervalo percentual de até 10% (dez), definido nos termos deste subitem, será convocada para, desejando, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada provisoriamente com o menor preço, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão;

b) Não sendo declarada vencedora a ME ou EPP, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem anterior;

c) Na ordem de classificação provisória, com vistas ao exercício do mesmo direito, o desempate será efetivado nos termos do § 2º, art. 45, da Lei nº 8.666/93.

7.4 – Esgotado o prazo legal sem a interposição de recurso contra a decisão da Comissão que proferiu o julgamento das propostas, o processo da licitação será submetido ao Diretor de Gestão Interna, para homologação.

7.5 – Concluído o julgamento das propostas e classificação final das licitantes, o resultado será afixado no placar da Prefeitura Municipal de Bela Vista de Goiás.

08 – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1 - Até o segundo dia útil que antecede a abertura dos envelopes com as propostas, toda licitante é parte legítima para impugnar a presente Carta Convite por irregularidade, devendo a impugnação ser protocolada de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 11:00h ou 13:00 às 17:00h.

8.2 - Eventuais recursos referentes a atos da Administração poderão ser interpostos no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após o conhecimento da decisão correspondente (lavratura da ata da sessão pública), em petição escrita dirigida à Comissão Permanente de Licitação e protocolada, em qualquer caso, as demais prescrições dispostas no art. 109, da Lei nº 8.666/93.

8.3 - Interposto o recurso, o fato será comunicado às demais licitantes, que terão prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação, para impugná-lo.

8.4 - Recebida a impugnação do recurso de que trata o subitem anterior, ou esgotado o prazo para tanto, a Comissão Permanente de Licitação poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, submeter o recurso, devidamente instruído, juntamente com a respectiva impugnação, a autoridade hierárquica superior, que decidirá em 05 (cinco) dias úteis, contados da data de seu recebimento.

8.5 - Não será conhecido o recurso interposto fora do prazo legal.

8.6 - Será franqueada aos interessados, desde a data de publicação desta Carta Convite, vistas ao processo administrativo, no Departamento de Contratos e Licitações, situado na Praça João Lobo, nº 10, Centro, na cidade de Bela Vista de Goiás das 13:00 às 17:00h horas.

8.7 - Os recursos das decisões referentes à habilitação ou inabilitação de licitante e ao julgamento de propostas terão efeito suspensivo, podendo a Comissão Permanente de Licitação, motivadamente, e, havendo interesse para a Contratante, atribuir efeito suspensivo aos demais recursos interpostos.



Bela Vista
de Goiás

O TRABALHO VENCE TUDO!

09 – DAS REPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. Caberá à CONTRATADA, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas nesta Carta Convite e no Projeto Básico e/ou Termo de Referência (Anexo VII deste Convite):

9.1.1. Tomar todas as providências necessárias à fiel prestação dos serviços e/ou fornecimento de bens objeto desta licitação, iniciando a execução dos mesmos no prazos fixados na ordem de serviço e/ou requisição dos bens/produtos, após a celebração do contrato;

9.1.2. Manter, durante o período da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.3. Prestar os serviços e/ou fornecimento de bens dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

9.1.4. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;

9.1.5. Responder integralmente pelos danos causados, direta ou indiretamente, ao patrimônio do Município em decorrência de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, não se excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento realizado pela CONTRATANTE;

9.1.6. Arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de contravenção, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, outrossim, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do ajuste a ser firmado;

9.1.7. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

9.1.8. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da prestação do serviço, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE, inclusive por danos causados a terceiros;

9.1.9. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados à prestação dos serviços e/ou fornecimento de bens, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

9.1.10. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste processo licitatório;

10 – DO PREÇO, DO REAJUSTE E A PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. O objeto do presente Edital será contratado pelo menor Preço Global ofertado na proposta da licitante vencedora, que será fixo e irrevogável por um período de 12 (doze) meses, quando então se promoverá a sua correção de acordo com a variação do Índice Geral de Preços e Mercado (IGPM), da Fundação Getúlio Vargas, tomando-se como índice inicial aquele vigente no mês anterior ao da celebração do contrato e como índice final o vigente no mês anterior ao do reajuste devido, respeitados os valores concernentes à modalidade de licitação previstos na Lei nº. 8.666/93;



10.2. Os preços ajustados já levam em conta todas e quaisquer despesas incidentes na prestação dos serviços contratados, tais como serviços de frete, tributos etc.

10.3. O preço ajustado também poderá sofrer correção desde que reste comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na alínea “d”, do inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

10.4. As despesas decorrentes da execução do contrato a ser pactuado, para compra dos serviços e/ou bens ora licitados, acorrerão à conta da dotação própria do vigente orçamento, segundo o Plano de Classificação Funcional Programática, nos termos da Lei Federal nº 4320/64 e modificações posteriores, devendo o respectivo empenho dar-se de forma global e previamente, nos termos do art. 60, da referida Lei Federal, para todos os efeitos em direito admitidos, com a seguinte dotação:

<i>UNID</i>	<i>FUNCIONAL</i>	<i>F. RECURSOS</i>	<i>FICHA</i>	<i>CD./DESCRIÇÃO</i>
0240	04.122.1203.2.013	100	098	339039 – Outros Serviços terceiros pessoa jurídica

11 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Se, na execução do objeto do presente Convite, ficar comprovada a existência de irregularidade ou ocorrer inadimplemento contratual pelo qual possa ser responsabilizada a CONTRATADA, esta, sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 86 a 88, da Lei nº 8.666/93, poderá sofrer as seguintes penalidades ou sanções:

a) advertência;

b) multas de até 10% do valor global do contrato.

c) suspensão temporária do direito de participar de licitações promovidas pelo Município de Bela Vista de Goiás e impedimento de contratar com o mesmo por um prazo de 03 (três) meses a 02 (dois) anos.

d) rescisão, com as conseqüências contratuais previstas em lei.

11.2. A aplicação das sanções previstas nesta Carta-Convite não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 8.666/1993, inclusive a responsabilização da CONTRATADA por eventuais perdas e danos causados à CONTRATANTE.

13.3. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela CONTRATANTE.

11.4. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

11.5. Não será aplicada multa se, justificada e comprovadamente, o atraso na execução dos serviços advier de caso fortuito ou de força maior.

11.6. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

11.7. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Gestor Municipal, devidamente justificado.

12 - DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. Se nenhuma irregularidade ocorrer, a Comissão Permanente de Licitação proporrá ao Presidente a homologação do resultado da licitação e a adjudicação do serviço e/ou



Bela Vista

de Goiás

O TRABALHO VENCE TUDO!

fornecimento de bens ao licitante julgado vencedor, observados os critérios estabelecidos neste Edital.

12.2. Caso o licitante vencedor não dê início à execução dos termos do contrato, no prazo e nas condições especificadas na proposta vencedora, ou desista da proposta de preços apresentada, o contrato poderá ser revogado, aplicando-lhe suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE, por um prazo máximo de 02 (dois) anos, podendo ser cobrada multa de até 10% (dez por cento), do valor do contrato, devidamente corrigido.

13 - DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO

13.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, em moeda nacional, na forma do contrato, após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente da PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE GOIÁS, até 10 (dez) dias após a apresentação da nota fiscal ou a qualquer momento.

14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 – Esta Carta Convite será fornecida a qualquer interessado, na Sede do Departamento de Contratos e Licitações, sito Praça João Lobo, n° 10, Centro.

14.2 – As licitantes, após a publicação oficial desta Carta Convite, ficarão responsáveis pelo acompanhamento, mediante o acesso ao placar e sitio da Prefeitura, das eventuais republicações e/ou retificações desta Carta Convite, respostas a questionamentos e impugnações ou quaisquer outras ocorrências que porventura possam ou não implicar em mudanças nos prazos de apresentação da proposta e da abertura da sessão pública.

14.3 – Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Carta-Convite e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Bela Vista de Goiás.

14.4 – A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

14.5 – As observações referentes à documentação e às propostas deverão ser realizadas no momento da abertura dos envelopes, sendo registradas em ata, e apresentadas, por escrito, até o final de cada reunião, vedada a qualquer licitante a formulação de contestações ou reclamações posteriores.

14.6 – A apresentação da proposta implica a concordância em observar os preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como na integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições desta Carta-Convite, sendo a licitante responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

14.7 – Havendo indícios de conluio entre as licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, a Comissão de Licitações comunicará os fatos verificados ao Gestor Municipal e ao Ministério Público Estadual, para as providências cabíveis.

14.8 – É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas no art. 93, da Lei n.º 8.666/93.



Bela Vista
de Goiás

O TRABALHO VENCE TUDO!

14.9 – A licitante inabilitada deverá retirar sua proposta, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da intimação do ato. Decorrido este prazo, sem que a proposta seja retirada, a Comissão Permanente de Licitações providenciará a sua destruição.

14.10 – É facultada à Comissão Permanente de Licitação ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar originalmente dos Documentos de Habilitação e das Propostas de Preços.

14.11 – As questões decorrentes desta licitação, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da cidade de Bela Vista de Goiás, Estado de Goiás, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.12 – Integram esta Carta Convite os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Modelo de Proposta de Preços;
- b) Anexo II - Declaração de Requisitos da Habilitação
- c) Anexo III – Declaração de Ausência de Fato Supervenientes;
- d) Anexo IV – Declaração de Mão-de-Obra de Menores;
- d) Anexo V - Modelo de credenciamento
- e) Anexo VI – Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.
- f) Anexo VII – Termo de Referência;
- g) Anexo VIII – Minuta de Contrato;

14.13 – Esclarecimentos adicionais sobre esta Carta-Convite serão prestados pela Comissão Permanente de Licitação, os quais serão obtidos mediante solicitação, por escrito e protocolada, de Segunda a Sexta-feira, das 08:00 às 11:00h e das 13:00 às 17:00h, não sendo aceita, em nenhuma hipótese, a requisição de informações por outra forma.

Comissão Permanente de Licitações do Município de Bela Vista de Goiás, Estado de Goiás, aos 24 dias do mês de abril de 2017.

Adryanna Crystina Kelly de Carvalho
Presidente da Comissão de Licitações



Bela Vista

de Goiás

O TRABALHO VENCE TUDO!

ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA

Ref: Edital de Convite nº 006/2017

Ao Sr. Presidente da Comissão Permanente de Licitações

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA EM TECNOLÓGICA DA INFORMAÇÃO, PARA DAR SUPORTE AO DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DESTA PREFEITURA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA PREFEITURA DE BELA VISTA DE GOIÁS, CONFORME PROJETO BÁSICO QUE INTEGRA ESTE EDITAL, POR PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES					
Item	Und.	Quant.	Especificação	Valor Mensal	Valor Total
1	01	01	CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA EM TECNOLÓGICA DA INFORMAÇÃO, PARA DAR SUPORTE AO DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DESTA PREFEITURA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA PREFEITURA DE BELA VISTA DE GOIÁS, CONFORME PROJETO BÁSICO QUE INTEGRA ESTE EDITAL, POR PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES		
Valor total					

Por intermédio da presente proposta de preços, informamos inteira submissão às cláusulas e condições existentes no Edital, como também aos ditames das Leis e Decretos que regem este processo licitatório.

Valor Global da Proposta: _____, __ (_____)

Valor Mensal da Proposta: _____, __ (_____)

a. Proponente: (nome da empresa)

b. Endereço (incluir telefone):

c. CNPJ:

d. Validade da Proposta (mínimo de 60 dias):

_____ - _____, _____ de _____ de 2017.

Assinatura do Responsável ou seu Representante Legal



Bela Vista

de Goiás

O TRABALHO VENCE TUDO!

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO - REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A _____, inscrito ao CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos para a sua habilitação, no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Informamos que há restrição na comprovação da regularidade fiscal desta microempresa/empresa de pequeno porte, ficando a empresa sujeita às disposições do art. 43 da Lei Complementar nº 123, de 14 de fevereiro de 2007.

(OBS: APENAS PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, QUE TENHAM RESTRIÇÃO NA REGULARIDADE FISCAL).

Local e Data

(Assinatura e identificação do responsável pela empresa)



Bela Vista

de Goiás

O TRABALHO VENCE TUDO!

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO - AUSÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES

A (*Razão Social da empresa*)....., CNPJ nº....., localizada à....., declara, em conformidade com o art. 32, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, que não existem fatos supervenientes ao seu cadastramento junto à Prefeitura Municipal de Bela Vista de Goiás - GO, que sejam impeditivos de sua habilitação para este certame licitatório, comprometendo-se, ainda, a comunicar imediatamente qualquer eventual penalidade administrativa que venha a sofrer, por qualquer ente público, após a habilitação no presente certame licitatório, em especial, as penalidades de suspensão e declaração de inidoneidade.

Local e data,

(Assinatura e identificação do responsável pela empresa)



Bela Vista

de Goiás

O TRABALHO VENCE TUDO!

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

A _____, inscrito ao CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Local e data,

(Assinatura e identificação do responsável pela empresa)



Bela Vista

de Goiás

O TRABALHO VENCE TUDO!

ANEXO V – MODELO DE CREDENCIAMENTO

A _____, inscrito ao CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, credencia a Pessoa física, nome, _____, com endereço _____, na cidade de _____, C.P.F. nº _____, _____ nos atos relacionados à modalidade Convite, podendo para tanto, manifestar intenção de interpor ou desistir de recursos, requerer o registro em ata das observações que entender relevantes, concordar, discordar, transigir, desistir, firmar compromissos, requerer, alegar e assinar o que convier e, de modo geral, praticar todos os atos necessários e inerentes ao certame.

(Localidade), de de 2017.

Assinatura – Reconhecida em Cartório

Nome Legível do representante legal da empresa

R.G/Órgão Expedidor

Obs: Este termo deverá ser acompanhado de cópia AUTENTICADA do documento de identidade.



Bela Vista

de Goiás

O TRABALHO VENCE TUDO!

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

.....
(razão social da empresa)

inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., DECLARA, para fins do disposto no edital nº 004/2017 desta Carta Convite, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa não se encontra alcançada por quaisquer das hipóteses descritas no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

.....
(Local e data)

.....
(representante legal)

OBS. 1) Assinalar com um “X” a condição da empresa.

OBS. 2) Esta declaração será entregue à CPL, após a abertura da Sessão Pública, devendo estar inserida no envelope de Habilitação.



ANEXO VII – TERMO DE REFERÊNCIA

1.1 - Visa a presente, a contratação de empresa especializada em assessoria em tecnológica da informação.

1.2 – Os serviços a serem contratados compreendem:

- a) Atualização e modernização do departamento de T.I. Aplicação das boas práticas utilizadas pelas empresas privadas a fim de obter um melhor funcionamento dos ativos de T.I, alinhados a necessidade da organização, implementando melhorias e utilizando de tecnologias e processos recentes para um melhor funcionamento do departamento;
- b) Finalizar a implementação do sistema de gerenciamento de computadores da T.I (Servidor de Domínio, Active Directory, Servidor de Arquivos, Políticas de Acesso/Segurança), implementação do comunicador interno para otimizar a comunicação dos servidores (Spark);
- c) T.I – Criação da PSI - Política de Segurança da Informação, visando conscientizar os servidores sobre os riscos da má utilização dos computadores da prefeitura, visando obter maior segurança e partilhando a responsabilidade dos acessos com os usuários que por sua vez deveram assinar e cumprir os itens descrito na Política de Segurança da Informação, desenvolvendo um mini treinamento sobre o tema com os servidores;
- d) Adequação das Secretarias no site da prefeitura, cada secretaria terá sua área onde o Secretário poderá expor a sua atuação/projetos dentro do site da prefeitura, também incluir uma área para envio de sugestões, elogios, lista de telefones úteis da cidade/serviços como coletoria, meio ambiente e etc;
- e) Implementação do Backup automatizado para os arquivos e bancos de dados da prefeitura na nuvem, medida protetiva para evitar perda de dados em um eventual ataque, vírus ou até mesmo sequestro de dados, fatos estes que ultimamente estão sendo comuns em órgãos do Governo, e hoje a prefeitura não consta com essa funcionalidade o que a deixa vulnerável nesse sentido;
- f) Implementação da Intranet da prefeitura, funciona da mesma forma que um site, porém seu acesso é apenas na rede interna da prefeitura, colocando notícias, links úteis, manuais, procedimentos e também pode ser utilizado para veicular comunicados e informativos internos de forma fácil e rápida entre todos os servidores;
- g) Criação do Ramal Fácil, lista de ramais e e-mails online dos servidores, para uma rápida consulta para os servidores, visando facilitar e agilizar as consultas que hoje são feitas de formas



Bela Vista
de Goiás

O TRABALHO VENCE TUDO!

individuais, em planilhas e papéis impressos onde muitas vezes estão desatualizados e imprecisos.

h) Com a administração centralizada, a T.I pode manter uma base de consulta atualizada e disponível a todos;

i) Implementação da time-line (linha do tempo) no site da prefeitura. Deverá ser construído uma área especial em formato de time line, apontando todas as ações feitas pela prefeitura, com foto e local da cidade marcado no mapa, deverá ser cadastrado todas as ações da atual gestão e em seguida a alimentação pode ser feita por uma pessoa a ser indicada pela prefeitura. O intuito é termos um histórico bem detalhado de todas as atividades feitas, de forma que o usuário vá rolando a página “como se fosse uma rede social” e acompanhando tudo que está sendo feito pela administração;

j) Apoio na elaboração e precificação do projeto de cidade monitorada, dimensionamento de câmeras e equipamentos a serem utilizados, visando uma maior economia e utilização de melhores equipamentos na central de monitoramento;

k) Revisão dos contratos de locação de impressoras, é possível cobrar dos fornecedores equipamentos mais novos, melhorar os equipamentos, otimizar os custos e entregar uma melhor qualidade aos usuários;

l) Redução de custos com Telefonia/Ramais: Revisão da topologia de ramais internos da prefeitura, a forma como está hoje a central PABX não atende as necessidades, uma central PABX bem configurada otimiza as ligações, e reduz os custos. Deverá ser criada uma URA de atendimento que direciona as ligações aos departamentos pelo qual o usuário quer falar. Deverá ser criados grupos de chamadas, se o telefone tocar 4x e não for atendido, redireciona a ligação para outro ramal, reduzindo custos bloqueando ligações externas por ramais, inibindo assim o uso das linhas da prefeitura para ligações particulares; Orçamento para implementação da URA e de uma chiperia para redução de custos nas ligações para celulares, podemos usar 1 chip de cada operadora e quando uma ligação é feita a central usa o chip da operadora do celular que foi discado, representando uma economia de até 40% na conta de telefone mensal;

m) Inventário dos ativos de T.I, servidores, computadores, softwares. Definição da política interna para aquisição de novos ativos da T.I, definição de marcas, modelos, e configurações padrões, seguindo os padrões adotados por grandes empresas para reduzir custos;



Bela Vista
de Goiás

O TRABALHO VENCE TUDO!

- n) Monitoramento dos servidores de T.I. O monitoramento visa resguardar o bom funcionamento e diminuir a probabilidade de parada do sistema ou até mesmo a perda de dados importantes;
- o) Revisão da parte de segurança nos servidores e nos acessos dos usuários. Apoiar nas melhores práticas de grandes empresas para assegurar a segurança no acesso aos dados sigilosos e que possam de alguma forma comprometer o bom andamento dos serviços prestados.
- p) Relacionamento com fornecedores. Melhorar o relacionamento com os prestadores de serviços, tais como internet, programas de software, avaliando melhor os contratos e cobrando melhorias e treinamento quando for preciso.

2 - JUSTIFICATIVA.

2.1 – O Departamento de T.I da Prefeitura Municipal necessita de uma consultoria profissional qualificada, e que tenha a experiência necessária para executar as correções emergenciais, e tomar as ações necessárias no que diz respeito a Segurança da Informação e preservação dos dados (Informações), presentes nos sistemas de informação da Organização.

2.2 – Atualmente estes dados estão sendo mantidos e processados sem o devido cuidado necessário, estando comprometida a sua integridade, passível de perda de dados e até suscetíveis a invasão e ou sequestro de dados, o que pode implicar em sérios prejuízos financeiros e na impossibilidade do acesso aos sistemas.

2.3 – A consultoria também presa pela redução de custos no que diz respeito aos contratos de serviços para o funcionamento dos ativos de T.I da prefeitura, tais como contratos de locação de impressoras, serviços de telefonia/pabx, que estão desatualizados, consumindo um valor mensal alto e que precisam urgentemente de reparo, tanto para reduzir custos quanto para proporcionar uma melhor produtividade aos servidores que dependem destes recursos para exercerem as suas atividades.

2.4 – Com um apoio especializado, as melhores práticas de gerenciamento de serviços de T.I e as Políticas de segurança da Informação, serão implementadas e seguidas para garantir o bom funcionamento e a integridade das informações contidas nos sistemas.

3 - OBJETIVO.

3.1 – Contratação da empresa especializada em assessorial em tecnologica da informação, para dar suporte ao Departamento de Informática desta Prefeitura.



Bela Vista

de Goiás

O TRABALHO VENCE TUDO!

Item	Quant.	Especificação
01	01	Contratação de assessoria em tecnológica da informação, para dar suporte ao Departamento de Informática desta Prefeitura.

4-ESTIMATIVA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1 - Fica estipulado o valor máximo que será apurado através de cotações realizadas para a execução dos serviços previstos no objeto deste Termo de Referência, não considerando qualquer valor adicional que não conste de procedimentos devidamente aprovados pela contratante.

5-ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES DO OBJETO.

5.1 – A critério do Município, as quantidades constantes neste processo poderão sofrer aumentos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente adjudicado, na forma da lei numero 8.666/93.

6 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1 – A Contratada obriga-se a:

I – Prestar o serviço solicitado em até dois dias a partir do momento de recebimento da solicitação/requisição devidamente encaminhada por meio eletrônico (e-mail) por autoridade competente, apresentando Nota Fiscal com especificação rigorosamente idêntica ao discriminado;

II - Na nota fiscal deverá ser especificado o número do item com a respectiva quantidade, em concordância com a contratação, bem como em acordo com as ordens de serviços. Caso estejam em desacordo, as mesmas não serão recebidas.

III - Refazer de imediato, após notificação formal, os serviços em desacordo com as especificações da solicitação.

IV - Não serão aceitos os serviços que estiverem em desacordo com as solicitações das Secretarias, nem quaisquer pleitos de faturamento extraordinários;

V - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Gestor, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

VI - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização, no tocante da execução do fornecimento do objeto do contrato, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste termo de referência;



Bela Vista
de Goiás

O TRABALHO VENCE TUDO!

VII - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da prestação dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VIII - Fiscalizar o perfeito cumprimento de prestação de serviços a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura;

IX - Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a CONTRATADA adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

X - Emitir relatório das entregas efetuadas quando assim que for solicitado pelo Gestor do contrato;

XI - A CONTRATADA autoriza a Prefeitura Municipal de Bela Vista de Goiás, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada à prévia defesa.

XII - A ausência ou omissão da fiscalização da Prefeitura não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas neste contrato.

8 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.1 – A Contratante obriga-se a:

I - Solicitar os serviços objeto deste Termo de Referência, de forma parcelada, desde que cumpridos os termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no edital e contrato;

II - Gerenciar o contrato ou documento que o substitua, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento das necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da licitação;

III - Observar para que, durante a vigência do instrumento de acordo, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

IV - Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do presente instrumento de acordo, através da Secretaria de Administração.



Bela Vista

de Goiás

O TRABALHO VENCE TUDO!

9 - MEDIDAS ACAUTELADORAS:

9.1. A Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

9.2. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

10 - CONTROLE DA EXECUÇÃO:

10.1 - A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

10.2 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8666/93. .

10.3 - O fiscal do Contrato anotará todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11 - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

11.1 - A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é aquela prevista na Lei nº 8.666/93.

12 – DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 - O prazo para contratação será de 12 (doze) meses com início na assinatura do instrumento contratual.

12.2 - Os serviços a serem contratados serão pagos mediante apresentação de relatório das Notas Fiscais de Serviços, devidamente atestados pelos Órgãos Contratantes.



Bela Vista

de Goiás

O TRABALHO VENCE TUDO!

12.3 - O pagamento será realizado a vista após a emissão da respectiva nota fiscal do serviço prestado.

12.4 – Para efeito do pagamento, a contratada deverá atender as exigências legais quanto à emissão da comprovação fiscal.

13 – LOCAL DE ENTREGA

13.1 – O contratado se obriga a prestar os serviços na sede da Prefeitura, quando necessário, ou em outro local, desde que não interfira na qualidade e na agilidade dos serviços contratados.

14 - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

14.1 - Para contratação do fornecimento do material exposto neste termo, deverão ser observados os termos da Lei número 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Carlos José Costa Carvalho
Secretário Municipal de Administração e Governo



Bela Vista

de Goiás

O TRABALHO VENCE TUDO!

ANEXO VIII - MINUTA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATO Nº /2017

INSTRUMENTO CONTRATUAL PARA CONTRATAÇÃO DE ACESSORIA EM TECNOLÓGICA DA INFORMAÇÃO, PARA DAR SUPORTE AO DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DESTA PREFEITURA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA PREFEITURA DE BELA VISTA DE GOIÁS, CONFORME PROJETO BÁSICO QUE INTEGRA ESTE EDITAL, POR PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DE GOIÁS E A EMPRESA:

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços, que celebram entre si o MUNICÍPIO DE BELA VISTA DE GOIÁS, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.005.917/0001-41, com sede administrativa na cidade de Bela Vista de Goiás - GO, à Praça João Lobo, nº 10, Centro, representado por sua Prefeita Municipal Nárcia Kelly Alves da Silva, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e de outro lado, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.000.000/0000-00, com sede na cidade de, a, representada por seu sócio-proprietário, portador do CPF nº 000.000.000-00, doravante em diante denominado apenas de CONTRATADA, acordam o presente para CONTRATAÇÃO DE ACESSORIA EM TECNOLÓGICA DA INFORMAÇÃO, PARA DAR SUPORTE AO DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DESTA PREFEITURA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA PREFEITURA DE BELA VISTA DE GOIÁS, CONFORME PROJETO BÁSICO QUE INTEGRA ESTE EDITAL, POR PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, decorrente a licitação modalidade carta convite, que será regido pelas condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E SUAS ESPECIFICAÇÕES

1.1 - É objeto do presente contrato a prestação de serviços de assessoria em tecnológica da informação, para dar suporte ao departamento de informática desta prefeitura, conforme termo de referência, para atender as necessidades desta prefeitura de Bela Vista de Goiás, conforme projeto básico que integra este edital, por período de 12 (doze) meses.

1.2 - Especificações do Objeto:

1.2.1 – A CONTRATADA é a responsável pela prestação dos seguintes serviços:

a) Atualização e modernização do departamento de T.I. Aplicação das boas práticas utilizadas pelas empresas privadas a fim de obter um melhor funcionamento dos ativos de T.I, alinhados a necessidade da organização, implementando melhorias e utilizando de tecnologias e



Bela Vista
de Goiás

O TRABALHO VENCE TUDO!

- processos recentes para um melhor funcionamento do departamento;
- b) Finalizar a implementação do sistema de gerenciamento de computadores da T.I (Servidor de Domínio, Active Directory, Servidor de Arquivos, Políticas de Acesso/Segurança), implementação do comunicador interno para otimizar a comunicação dos servidores (Spark);
- c) T.I – Criação da PSI - Política de Segurança da Informação, visando conscientizar os servidores sobre os riscos da má utilização dos computadores da prefeitura, visando obter maior segurança e partilhando a responsabilidade dos acessos com os usuários que por sua vez deveram assinar e cumprir os itens descrito na Política de Segurança da Informação, desenvolvendo um mini treinamento sobre o tema com os servidores;
- d) Inclusão das Secretarias no site da prefeitura, cada secretaria terá sua área onde o Secretário poderá expor a sua atuação/projetos dentro do site da prefeitura, também incluir uma área para envio de sugestões, elogios, lista de telefones úteis da cidade/serviços como coletoria, meio ambiente e etc;
- e) Implementação do Backup automatizado para os arquivos e bancos de dados da prefeitura na nuvem, medida protetiva para evitar perda de dados em um eventual ataque, vírus ou até mesmo sequestro de dados, fatos estes que ultimamente estão sendo comuns em órgãos do Governo, e hoje a prefeitura não consta com essa funcionalidade o que a deixa vulnerável nesse sentido;
- f) Implementação da Intranet da prefeitura, funciona da mesma forma que um site, porém seu acesso é apenas na rede interna da prefeitura, colocando notícias, links úteis, manuais, procedimentos e também pode ser utilizado para veicular comunicados e informativos internos de forma fácil e rápida entre todos os servidores;
- g) Criação do Ramal Fácil, lista de ramais e e-mails online dos servidores, para uma rápida consulta para os servidores, visando facilitar e agilizar as consultas que hoje são feitas de formas individuais, em planilhas e papeis impressos onde muitas vezes estão desatualizados e imprecisos.
- h) Com a administração centralizada, a T.I pode manter uma base de consulta atualizada e disponível a todos;
- i) Implementação da time-line (linha do tempo) no site da prefeitura. Deverá seá construído uma área especial em formato de time line, apontando todas as ações feitas pela prefeitura, com foto e local da cidade marcado no mapa, deverá ser cadastrado todas as ações da atual gestão e em seguida a alimentação pode ser feita por uma pessoa a ser indicada pela prefeitura. O intuito é termos um histórico bem detalhado de todas as atividades feitas, de forma que o usuário vá rolando a página “como se fosse uma rede social” e acompanhando tudo que está sendo feito pela administração;
- j) Apoio na elaboração e precificação do projeto de cidade monitorada, dimensionamento de câmeras e equipamentos a serem utilizados, visando uma maior economia e utilização de melhores equipamentos na central de monitoramento;
- k) Revisão dos contratos de locação de impressoras, é possível cobrar dos fornecedores equipamentos mais novos, melhorar os equipamentos, otimizar os custos e entregar uma melhor qualidade aos usuários;
- l) Redução de custos com Telefonia/Ramais: Revisão da topologia de ramais internos da prefeitura, a forma como está hoje a central PABX não atende as necessidades, uma central PABX bem configurada otimiza as ligações, e reduz os custos. Deverá ser criada uma URA de atendimento que direciona as ligações aos departamentos pelo qual o usuário quer falar. Deverá ser criados grupos de chamadas, se o telefone tocar 4x e não for atendido, redireciona a ligação para outro ramal, reduzindo custos bloqueando ligações externas por ramais, inibindo assim o uso das linhas da prefeitura para



Bela Vista
de Goiás

O TRABALHO VENCE TUDO!

ligações particulares; Orçamento para implementação da URA e de uma chiperia para redução de custos nas ligações para celulares, podemos usar 1 chip de cada operadora e quando uma ligação é feita a central usa o chip da operadora do celular que foi discado, representando uma economia de até 40% na conta de telefone mensal;

m) Inventário dos ativos de T.I, servidores, computadores, softwares. Definição da política interna para aquisição de novos ativos da T.I, definição de marcas, modelos, e configurações padrões, seguindo os padrões adotados por grandes empresas para reduzir custos;

n) Monitoramento dos servidores de T.I. O monitoramento visa resguardar o bom funcionamento e diminuir a probabilidade de parada do sistema ou até mesmo a perda de dados importantes;

o) Revisão da parte de segurança nos servidores e nos acessos dos usuários. Apoiar nas melhores práticas de grandes empresas para assegurar a segurança no acesso aos dados sigilosos e que possam de alguma forma comprometer o bom andamento dos serviços prestados.

p) Relacionamento com fornecedores. Melhorar o relacionamento com os prestadores de serviços, tais como internet, programas de software, avaliando melhor os contratos e cobrando melhorias e treinamento quando for preciso.

1.3 - Normas de Aquisição/Fornecimento – A empresa contratada para os serviços contratados, deverá iniciar após assinatura deste contrato, e emissão da ordem de serviço pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 - Na execução dos serviços discriminados na cláusula primeira deste instrumento, serão obedecidos rigorosamente as normas estabelecidas neste instrumento, bem como as normas de segurança estabelecidas na legislação competente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO e CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - Para a execução dos serviços constantes da cláusula primeira o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância de R\$ (.....), em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, no valor de R\$ (.....).

3.2 - O pagamento será efetuado impreterivelmente até 10 (dez) dias após a apresentação da nota fiscal, a ser emitida pela CONTRATADA, via ordem de pagamento própria, através de Banco ou Tesouraria, perfazendo o valor global do presente instrumento, R\$ (.....), devidamente atestada pelo setor competente do CONTRATANTE.

3.3 - Havendo alteração da política econômica do Governo Federal, com a reindexação ou volta da correção monetária dos contratos, os valores consignados nesta avença poderão ser revistos, através de Termo Aditivo, a fim de que seja restabelecido o equilíbrio financeiro inicial do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E RESCISÃO

4.1 - O presente contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, iniciando-se em com término em, podendo a qualquer tempo



Bela Vista
de Goiás

O TRABALHO VENCE TUDO!

ser rescindido mediante cláusulas ora pactuadas, por escrito, pela parte de manifestado interesse.

4.2 - De acordo com o art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, desde que haja consenso entre as partes, este instrumento poderá ser prorrogado pelo mesmo período, mediante assinatura de termo Aditivo, como também mantidas as condições iniciais, sendo permitida a atualização do preço com base em índice legalmente admitido para esse fim, observando os limites estabelecidos no art. 23, II, “a” da Lei nº. 8.666/93;

4.3 - A falta de pagamento de qualquer parcela de honorários faculta o CONTRATADO a suspender imediatamente a execução dos serviços ora pactuados, bem como considerar rescindido o presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, caso qualquer das partes CONTRATANTES venham a infringir cláusulas ora convencionadas.

4.5 - Fica estipulada a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor desse Instrumento a qualquer parte que infringir as cláusulas ora pactuadas.

4.6 - Cabe ao Contratante, através da Secretaria Municipal de Administração e Governo do Município de Bela Vista de Goiás - GO, indicar um responsável através de portaria para acompanhar todo contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

5.1 - As despesas decorrentes do presente pacto laboral, ora ajustado, serão empenhadas na seguinte dotação:

<i>UNID</i>	<i>FUNCIONAL</i>	<i>F. RECURSOS</i>	<i>FICHA</i>	<i>CD./DESCRIÇÃO</i>
0240	04.122.1203.2.013	100	098	3.3.90.39 – Outros serviços terceiros pessoa jurídica

5.2 – O referido empenho dar-se por estimativa dentro do exercício financeiro, de forma global no montante estimado dos valores vincendos, nos termos e condições estabelecidas na Lei Federal nº 4.320/64, de 17/03/64 e modificações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DOS CONTRATANTES, DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DA MULTA.

6.1 - Compete a CONTRATADA e sob a sua responsabilidade a fé, admitida à veracidade ideológica documental, a exibição da documentação formal probatória de sua contratação e registro, nos termos e condições do que dispuser a lei vigente aplicável à matéria, conferindo ao CONTRATANTE a responsabilidade dos componentes procedimentos complementares nos termos da Lei nº 8.666/93.

6.2 – O (a) CONTRATADO (a) se obriga a:

a) Arcar com todas as despesas de alimentação e hospedagem do pessoal sob sua responsabilidade;

b) Cumprir, durante a execução dos serviços objetos do contrato, todas as Leis federais, estaduais e municipais pertinentes e vigentes, sendo o único responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houverem dado causa.

c) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação.



Bela Vista
de Goiás

O TRABALHO VENCE TUDO!

6.2.1 - Eventualmente, os serviços poderão ser solicitados com prazo menor que o estipulado acima, caso em que serão negociadas entre a CONTRATANTE e a licitante vencedora as condições dessa prestação de serviços.

6.2.2 - Cumprir, durante a execução dos serviços objetos do contrato, todas as Leis federais, estaduais e municipais pertinentes e vigentes, sendo o único responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houverem dado causa.

6.3 - O CONTRATANTE se obriga:

a) a efetuar pontualmente os pagamentos, conforme o disposto na Cláusula Terceira deste instrumento;

b) a reembolsar à CONTRATADA o custo de todos os materiais utilizados na execução dos serviços ora ajustados, tais como formulários, impressos, bem como pastas cópias reprográficas, autenticações, reconhecimento de firmas, custas, emolumentos e taxas exigidas pelos serviços públicos, sempre que utilizados e mediante recibo discriminado acompanhado dos respectivos comprovantes de desembolso.

6.4 - Na hipótese de ocorrência de descumprimento, de qualquer regra estabelecida nas cláusulas do presente ajuste, pelo (a) CONTRATADO (A), por não atendimento de serviços determinados pelo CONTRATANTE, importará em rescisão unilateral e automática, sem prejuízos das sanções penais, conforme dispuser a legislação vigente aplicável à matéria posta.

6.5 - Em caso de inexecução total ou parcial do contrato sujeitará o (a) CONTRATADO (A), garantindo-se prévia defesa, às seguintes sanções:

a) advertência;

b) suspensão temporária do direito de participar de licitações promovidas pelo Município de Bela Vista de Goiás e impedimento de contratar com o mesmo por um prazo de 03 (três) meses a 02 (dois) anos.

c) rescisão, com as conseqüências contratuais previstas em lei.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com outros Órgãos Públicos, tudo conforme Inciso III do Artigo 87 da Lei n. 8.666/93.

6.6 - Fica estipulado uma multa de 2% (dois por cento) do total deste instrumento para qualquer das partes que o descumprir no seu todo ou em parte.

6.7 - A inadimplência da Contratada com referência dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere a Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO e RESCISÃO DO PRESENTE INSTRUMENTO

7.1 - O contrato poderá ser alterado:

7.1.1 – unilateralmente, pelo CONTRATANTE, quando:

a) for necessária à modificação da amplitude contratual, decorrente de acréscimo ou supressão quantitativa de seu objeto, observando-se, neste caso, o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

7.1.2 – por acordo entre as partes, quando:

a) for necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância superveniente, mantida o valor e as condições de pagamento iniciais;

b) for necessário restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos do contrato e a retribuição da administração, para a justa remuneração dos bens, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.



Bela Vista
de Goiás

O TRABALHO VENCE TUDO!

7.2 - Ficará o presente contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) interrupção dos serviços;
- b) desaparecimento, incapacidade técnica ou má-fé do (a) CONTRATADO;
- c) cessão do contrato ou subcontratação no todo ou em parte.

7.3 - Fica reconhecido no presente instrumento os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

7.4 - Qualquer modificação, qualidade ou quantidade (supressão ou acréscimo), bem como prorrogação de prazo dos serviços prestados, poderá ser determinada pelo CONTRATANTE através de aditamento, atendido o disposto nos artigos 57 e 65 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – VINCULAÇÃO AO EDITAL

8.1 - O presente contrato fundamenta-se na prestação de serviços de assessoria em tecnológica da informação, para dar suporte ao departamento de informática desta prefeitura, para atender as necessidades desta prefeitura de Bela Vista de Goiás, por período de 12 (doze) meses, para atender as necessidades da municipalidade e encontra-se vinculado ao Processo nº 2314/2017 e Edital de Convite de Licitação nº 006/2017, de 24 de abril de 2.017 e que reger-se-á pelas normas estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93.

8.2 - O (a) CONTRATADO (A) obriga a manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade das obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento.

8.3 - Os casos omissos assim como as dúvidas serão resolvidas com base na Lei 8.666, de 21.06.93, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

CLÁUSULA NONA – NATUREZA

9.1 - O presente contrato tem a natureza de prestação de serviços com remuneração pelos serviços prestados, não constituindo vínculo empregatício nem qualquer outra relação trabalhista.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para dirimir qualquer dúvida e declarar direitos, que se fizerem necessários no decorrer, da execução do presente ajuste, fica eleito o Foro da Comarca de Bela Vista de Goiás, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem bastante e por acharem justos e mutuamente acordados, as partes acima qualificadas, firma o presente em 03 (três) vias de igual teor e conteúdo, para o mesmo fim, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e qualificadas como abaixo se vê:

GABINETE DA PREFEITA DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DE GOIÁS, Estado de Goiás, aos (.....) do mês de de 2017.



Bela Vista
de Goiás

O TRABALHO VENCE TUDO!

Nárcia Kelly Alves da Silva
Prefeita do Município de Bela Vista de Goiás
CONTRATANTE

.....
CONTRATADO

1ª _____

2ª _____

CPF nº:

CPF nº.